



Vértices (Campos dos Goitacazes)
ISSN: 1415-2843
ISSN: 1809-2667
essentia@iff.edu.br
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Fluminense
Brasil

Editorial do Dossiê Temático

Mauriel, Ana Paula; Simas, Fabio; Kilduff, Fernanda; Mendes da Silva, Mossicleia
Editorial do Dossiê Temático

Vértices (Campos dos Goitacazes), vol. 22, 2020

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=625764793004>

Este documento é protegido por Copyright © 2020 pelos Autores.



Este trabalho está sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

Editorial do Dossiê Temático

Ana Paula Mauriel
UFF, Brasil

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=625764793004>

Fabio Simas
UFF, Brasil

Fernanda Kilduff
UFRJ, Brasil

Mossicleia Mendes da Silva
UFRJ, Brasil

Recepção: 31 Dezembro 2020

EDITORIAL DO DOSSIÊ TEMÁTICO

É com imensa alegria que compartilhamos o Dossiê: *Violência de Estado e política social: entre o aparato assistencial e a criminalização da questão social no Brasil*.

A presente publicação resulta de um esforço coletivo de organizadores e autores que, em conjuntura de crise econômica acirrada pela crise sanitária da pandemia de Covid-19, apresentam ao público um conjunto de reflexões sobre a crise estrutural do capital e suas particularidades no Brasil, problematizando as principais respostas do Estado frente à radicalização da questão social.

Consideramos que as transformações do capitalismo contemporâneo e a correspondente refuncionalização do Estado, visando garantir a reprodução ampliada do capital, provocam profundas alterações no conjunto das políticas sociais e criminais. Neste sentido, nas últimas décadas, e como parte de um mesmo movimento, a crescente expansão da política de assistência social articulada à ampliação do sistema penal, ocupa no Brasil, um destacado lugar nas formas estatais de gestão e controle da pobreza, do desemprego e da desigualdade social.

Diante dessas assertivas, cabe salientar que o modo de ser da política social no capitalismo maduro vem acompanhado de uma severa ofensiva sobre o trabalho na perspectiva de ampliar as taxas de lucro, o que consequentemente implica pressão para ampliação das condições de exploração do trabalho, por meio de flexibilizações, terceirização, informalização, dentre outras formas de precarização estrutural do trabalho e dos meios de vida das/os trabalhadoras/es.

Como resultado desses processos, registra-se no Brasil, o aumento da superpopulação relativa e do pauperismo, impactando na forma das políticas sociais que tendem a orquestrar ações de gerenciamento da pobreza, contribuindo para mistificar material e ideologicamente o solapamento dos direitos sociais e a perda da proteção social.

As respostas do Estado para gestão da crise no capitalismo dependente têm sofrido inflexões importantes com a corrosão e derrocada do pacto político-governamental petista de conciliação de classes, a escalada exponencial do conservadorismo e a intensificação do ajuste fiscal, merecendo atenção e empenho de pesquisadores no sentido de analisar as implicações de tais processos sobre a vida da classe trabalhadora. Isto por que tal contexto sedimenta e entroniza um novo ciclo regressivo no campo dos direitos sociais e concentra tendências ultraconservadoras e, por isso, ainda mais punitivistas e assistencialistas, para enfrentamento da questão social.

Conectado ao violento processo de destruição de direitos e empobrecimento da classe trabalhadora, intensifica-se o processo de criminalização da questão social. Os sujeitos criminalizados são em sua maioria homens/mulheres jovens negros/as e pardos/as, pertencentes à classe trabalhadora mais empobrecida, e em geral os casos de detenção ocorrem por delitos não violentos vinculados ao mercado do varejo de tráfico de drogas, dada a política bélica proibicionista aqui adotada.

A taxa de mulheres presas no país é superior ao crescimento geral da população carcerária, dado que corrobora a tendência histórica racista e patriarcal da formação social brasileira, cimentada na desigualdade e na opressão étnico-racial e de gênero.

Em contexto de pandemia, as contradições do capitalismo se acentuam e fazem eclodir as implicações de sua lógica destrutiva sobre as políticas sociais, cuja expressão mais cabal é a condição alarmante do Sistema Único de Saúde (SUS), já quase colapsado em função das demandas da Covid-19, mas principalmente dos processos de destruição e desmonte de que vem sendo objeto há anos e impulsionada pela lógica privatista, que se acelerou desde o golpe parlamentar de 2016, e se mantém no governo atual.

Mais do que nunca e na incerteza da crise do capital, agudizada em tempos de pandemia da Covid-19, o Estado ocupa papel fundamental salvando os lucros e socializando o custo da crise com a classe trabalhadora, situação que se manifesta no campo de todas as políticas sociais e em todos os âmbitos da vida social.

Os artigos que compõem o presente dossiê visam fazer um diálogo sobre diferentes dimensões do Estado capitalista no trato e enfrentamento à questão social, demarcando o avanço da dimensão violenta, punitivista e coercitiva em vários âmbitos da ação estatal que são acentuados no contexto de aprofundamento da crise estrutural do capital.

Pandemia e Violência de Mauro Luís Iasi, analisa as dimensões da violência e da pandemia e demonstra como ambas se encontram num terreno histórico de pleno desenvolvimento de relações reificadoras, alterando nossa atitude perante a morte, produzindo um estranhamento e um anestesiamiento das consciências diante de diferentes formas de manifestação da violência: subjetiva, simbólica e sistêmica. O artigo do autor, apresenta também, uma problematização sobre a particularidade da formação social e histórica brasileira, com o esgotamento da Estratégia Democrática e popular e sua linha de conciliação de classes que se manifesta em uma inflexão conservadora marcada pelo irracionalismo e da agudização da polarização social que leva a um país fraturado. O ensaio finaliza afirmando que, as bases históricas do capitalismo dependente e da forma política autocrática, são os fundamentos para compreender nossa atitude diante da pandemia e a violência que nela se expressa.

O artigo de Marcela Soares, intitulado *Precariedade e mistificação da precarização: superexploração da força de trabalho*, analisa a precariedade do trabalho, a superexploração da força de trabalho e a mistificação da precarização com a expropriação de direitos, destacando as particularidades do capitalismo dependente brasileiro e as marcas da escravidão colonial com a apreensão do sentido da expropriação do trabalho e da exportação de excedente econômico.

O texto de Elídio Marques: *Crise das democracias liberais: um futuro sem direitos? Elementos para uma perspectiva internacional acerca do projeto da extrema direita*, traz à tona o complexo debate atual acerca da chamada crise da democracia liberal e ascensão da extrema direita no plano internacional. O intelectual faz uma instigante problematização acerca do significado e dos limites dos direitos no capitalismo ao tempo em que confere centralidade aos ataques aos direitos na cena hodierna.

O artigo de Ana Paula Mauriel, *Assistência e repressão: pilares no enfrentamento da “questão social” no capitalismo dependente brasileiro*, traz como foco a relação entre a repressão à classe trabalhadora e as formas assistenciais conservadoras. Tomando alguns dos principais fundamentos da formação econômico-social brasileira, a autora busca analisar como assistência e repressão interagem sob o neoliberalismo, particularmente a partir do agravamento da crise do capital após 2008. Conclui-se que estamos diante de um novo padrão de enfrentamento da “questão social” no Brasil, onde se acentua o avanço do conservadorismo no campo assistencial e ações mais punitivas e coercitivas via política penal.

Em *Pandemia, crise e expropriações: auxílio emergencial e contradições da focalização*, Mossicleia Mendes da Silva traz elementos para pensar a crise sanitária a partir da crítica da crise capitalista, das expropriações como processo permanente no modo de produção capitalista e sua íntima relação com as contradições deflagradas com a pandemia da Covid-19. Nesta direção, intenta também trazer uma síntese do auxílio emergencial, problematizando os limites colocados pela focalização das políticas sociais, como tendência à desproteção social.

Rodrigo Silva Lima, no artigo *Infância, mito da feliz(cidade) e a dimensão coercitiva da assistência social*, problematiza a concepção de infância e a dimensão coercitiva da assistência social diante da violência promovida pelo Estado à infância pauperizada a partir da gestão da cidade do Rio de Janeiro. O autor mostra uma agudização das contradições da política de assistência social a partir do período dos grandes eventos internacionais, quando a criminalização dos pobres por parte do Estado e as contradições inerentes às políticas sociais culminaram em violações dos direitos de crianças e adolescentes. O autor finaliza o texto mostrando como o Conselho Regional de Serviço Social, conselho profissional que orienta e fiscaliza o exercício profissional de assistentes sociais, tem contribuído para a mobilização da sociedade civil na garantia de direitos do público infantojuvenil e no enfrentamento à coerção estatal.

Com *A tortura no superencarceramento no Brasil contemporâneo*, Fábio Simas aborda o aprofundamento punitivo do Estado capitalista como uma das respostas à atual crise estrutural, conferindo centralidade ao tema na conjuntura brasileira. Ademais, o autor aponta a relação simbiótica entre o fenômeno do superencarceramento e o agravamento da tortura nas prisões brasileiras tendo como plano de fundo a desigualdade social e o racismo estrutural.

Fernanda Kilduff, com seu artigo *Seletividade punitiva, racismo e superencarceramento no Brasil*, analisa o racismo e a desigualdade social como fundamentos do superencarceramento no Brasil, debatendo a relação entre seletividade punitiva e racismo estrutural, em perspectiva histórica; a relação entre rebaixamento das condições de vida da população pelo processo de contrarreformas neoliberais; e o aumento do encarceramento e a naturalização de práticas desumanizadoras no âmbito prisional. Nesta direção, a autora realiza apontamentos sobre o aumento do encarceramento feminino no Brasil pelo delito de tráfico de drogas.

Ionara Santos Fernandes, no artigo *O recrudescimento penal em meio a pandemia do coronavírus no Rio de Janeiro*, analisa a política penal no Estado do Rio de Janeiro, problematizando os novos contornos que ela assume no contexto da pandemia do novo coronavírus. Neste sentido, reflete sobre o direcionamento ultraconservador e punitivista do Estado para gerir a crise de saúde pública no precário sistema prisional, reduzindo direitos e expandindo a economia carcerária.

A partir de uma análise histórica e crítica das contrarreformas subsidiadas por interesses privatizantes na política de saúde brasileira, Mariana Setúbal, no seu artigo *Impactos da contrarreforma na política de saúde em tempos de pandemia no Brasil*, analisa os impactos dessa ofensiva na produção de um cenário dramático na maior crise sanitária de nossa geração.

Em *O lugar da negritude nas políticas do Estado brasileiro: faces persistentes de uma presente ausência*, Maria Helena Elpídio retoma apontamentos sobre a formação social brasileira no que se refere à relação entre o Estado e a população negra, considerando os traços da heteronomia, autoritarismo e violência sistemática conferidos a esse segmento no Brasil. Com isso, a autora evidencia a funcionalidade do mito da democracia racial que falseia a condição de cidadania dessa parcela da sociedade por meio do (não) acesso aos direitos e políticas públicas e considera as permanências e a busca de rupturas que possibilitem o tensionamento do Estado na direção da superação do racismo, seus desafios e limites na superação da sociedade de classes.

O artigo de Áurea Cristina dos Santos Dias, *Migração Internacional no Brasil: persistências históricas e tendências contemporâneas*, contextualiza a migração internacional contemporânea no Brasil como um dos múltiplos fenômenos articulados ao fôlego de expansão capitalista, particularmente a partir dos anos 2000, quando se intensificaram a imigração fronteiriça de nacionalidades haitiana, congoleza, bengali e senegalesa. A autora infere que, a despeito de termos conquistado uma legislação reconhecidamente avançada em relação

ao refúgio e uma recente lei de migração, no Brasil, a questão migratória se dá muito mais com controle e seletividade, conduzindo um processo de inclusão e exclusão de imigrantes, com crescente perspectiva securitária que delimita a imigração como questão de segurança nacional e criminalizante, especialmente a partir de 2016, com o afastamento dos governos brasileiros dos compromissos internacionais de proteção aos direitos humanos dos migrantes.

A condição das mulheres inseridas nas atividades informais e ilícitas de tráfico de drogas na condição de mulas é o tema central abordado por Joana das Flores Duarte no seu artigo *Mulas e mulheres no Brasil: uma questão de gênero, justiça e interseccionalidade*. Ademais da centralidade do debate sobre gênero, a autora mostra que, além da condição da desigualdade de raça e classe expressas na seletividade do sistema penal; o mercado de drogas alimenta uma rede internacional de vultosos lucros econômicos.

No artigo *Pistas para análise da violência contra as mulheres em tempos de crise: aproximações e desafios no contexto de pandemia no Brasil*, Milena Fernandes Barroso busca analisar a violência contra a mulher no contexto de pandemia do novo coronavírus. Entendendo a violência contra a mulher como produto e produtora desse sistema, que necessita de forma particular e exponencial do trabalho e do corpo-território das mulheres para a sua manutenção, a autora aponta conexões entre diversas expressões dessa violência e a sua centralidade para as novas formas de acumulação de capital em tempos de crise, que, no contexto da pandemia, se agudizam na exploração e opressão cada vez maiores das mulheres, em particular das mulheres racializadas.

William Berger, no artigo *Violência do Estado e expropriação das populações indígenas no Brasil contemporâneo: terra, território, trabalho e criminalização da Questão Social*, apresenta a problemática indígena como expressão da questão social na formação econômica, social e espacial brasileira e suas expressões na contemporaneidade tomando as categorias terra e território, a partir da centralidade do trabalho como fundamento histórico do desenvolvimento desigual e combinado. Para isso, o autor aborda a formação do capitalismo dependente na América Latina, sob a exploração e opressão das raízes indígenas e negras e o sentido da colonização escravista, e chega ao contexto contemporâneo urbano, mostrando o contínuo processo de expulsão desses povos de suas terras, criminalização e furto de direitos, revelando a tônica da expropriação e da superexploração.

O artigo de Renata Freitas, *População em situação de rua e as respostas do Estado nas tramas da cidade capitalista*, discute o tema da pessoa em situação de rua no Brasil como aspecto revelador da contradição do sistema capitalista como produtor de pobreza e desigualdade. O texto também traz recortes analíticos históricos e conceituais acerca de sua problemática no capitalismo contemporâneo brasileiro, ao que aponta, entre outros aspectos, a dimensão da gestão urbana voltada para o lucro em detrimento das necessidades humanas que se agrava no contexto de regressão de direitos.

Ana Paula Cardoso da Silva, no artigo *Em tempos de Covid-19: fique em casa! Mas, onde ficam os que “moram” nas ruas?* reflete acerca da atuação do Poder Público no âmbito da política de Assistência Social no município do Rio de Janeiro com a população em situação de rua, em tempos de Covid-19, explicitando, em termos práticos, as ações que estão sendo desenvolvidas com essas pessoas e os seus impactos em suas vidas, dando ênfase no como se operacionaliza o “fique em casa”, para quem tem a rua como seu lugar de moradia e sustento.

Desejamos uma leitura que adense as críticas e traga novas inspirações para as lutas!

Niterói/Rio de Janeiro, dezembro de 2020.

Ana Paula Mauriel (UFF)

Fabio Simas (UFF)

Fernanda Kilduff (UFRJ)

Mossicleia Mendes da Silva (UFRJ)